

ENTREVISTA COM MARGARITA CORREIA

Sónia Valente Rodrigues



Margarita Correia é Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sendo a atual diretora do Mestrado em Português como Língua Estrangeira / Língua Segunda. É também investigadora integrada, coordenadora da linha Léxico e Modelização Computacional e membro da Comissão Executiva da unidade de I&D CELGA-ILTEC (FLUC). Desenvolve atividade em Linguística Aplicada, especialmente nas áreas de Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, Neologia, Formação de palavras e Política linguística. Entre outras obras, publicou *Os Dicionários Portugueses* (Lisboa, Caminho, 2009) e, em coautoria, *Inovação Lexical em Português* (Lisboa, Colibri, 2005) e *Neologia do Português* (São Paulo, 2010). Coordena ainda o Portal da Língua Portuguesa

e desenvolve uma atividade regular de divulgação científica através da sua coluna dedicada à política de língua no *Diário de Notícias*.

Entre 2010 e 2017, coordenou, em colaboração com outros investigadores, os projetos VOP (Vocabulário Ortográfico do Português), Lince – Conversor para a Nova Ortografia (2010) e VOP, 2.^a edição (2017). Coordenou também, com José Pedro Ferreira e Gladis Maria de Barcellos Almeida, o Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (CPLP e IILP, 2017).

É, desde 2018, presidente do Conselho Científico do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), instituição da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa que tem por missão a gestão comum da língua portuguesa enquanto língua pluricêntrica, envolvendo todos os estados membros da CPLP e promovendo o estreitamento do contacto entre os países com vista a uma política de língua comum. Relativamente à atividade do IILP, refiram-se, por exemplo, o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna (PPP/LE/LNM) e o projeto Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa (TCTC), que têm por objetivo a criação e disponibilização gratuita e de livre acesso, com estrutura

comum, de terminologias científicas e técnicas em uso nos diferentes países da CPLP.

É o trabalho intenso e relevante que desenvolve há décadas em prol da divulgação, promoção e fortalecimento da língua portuguesa no seu pluricentrismo no âmbito da CPLP que justificam o seu reconhecimento como voz autorizada sobre assuntos relacionados com a política em torno do “português como língua comum, partilhada e pluricêntrica”, como refere no texto inicial do número especial da revista *Platô*, que reúne os artigos premiados no 1.º Concurso IILP – Itamaraty de Artigos Científicos sobre a Língua Portuguesa.

P.: Nestes 25 anos de vida da CPLP, qual (quais?) lhe parecem ser os maiores avanços da comunidade?

R.: Comecei a ter maior consciência da existência e atuação da CPLP a partir de 2008-2009, altura em que me envolvi na questão da aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; até então, confesso que muito pouco sabia sobre a Comunidade e penso que a impressão será extensiva, mesmo hoje, à maioria dos cidadãos comunitários. A opinião que aqui expresso diz respeito sobretudo ao ponto a partir do qual observo a CPLP, ou seja, aquele que se relaciona com o desenvolvimento

e promoção da língua portuguesa quer no interior da Comunidade, quer na perspetiva internacional.

Do ponto de vista dos países da CPLP, penso que se caminhou no sentido de uma maior capacitação sobre os prejuízos da construção de uma Comunidade a várias velocidades. Creio que alguns países tomaram maior consciência sobre o papel que eles próprios podem desempenhar no desenvolvimento e promoção da língua portuguesa, procurando tornarem-se mais autónomos e eficazes na definição das políticas linguísticas para o português. Temos, porém, um longo caminho a percorrer não só porque, na minha opinião, ainda há países que agem como colonos/colonizados culturais (*i.e.* que ainda não se descolonizaram mentalmente, pelo menos no que concerne à gestão da língua portuguesa) e outros cuja situação sociopolítica e económica é tão precária que não conseguem canalizar energia para estas questões. Os avanços no sentido de promover a mobilidade dos cidadãos no espaço da CPLP, ainda que incipientes, podem também considerar-se muito positivos.

Do ponto de vista da promoção internacional do português, da imagem da língua que se passa para o exterior, os avanços foram mais evidentes e significativos,

por exemplo, no aumento exponencial do interesse dos estudantes pelo português como língua estrangeira, ou a consagração do Dia Mundial da Língua Portuguesa pela UNESCO, em 2019. A estes factos não será certamente alheia a eleição de António Guterres como Secretário Geral das Nações Unidas e esta, claro, é uma conquista da atuação político-diplomática da CPLP.

P.: Pelo contrário, se lhe perguntarmos o que não tem avançado tanto, que pontos negativos nos indicaria?

R.: Uma organização é feita de pessoas e o seu funcionamento depende muito das qualidades dessas pessoas. Ao nível da CPLP, podemos observar esta questão em vários patamares. Aqueles que exercem funções na CPLP nem sempre são as pessoas mais competentes para o fazer; não sei como é feita a escolha dos representantes dos países nos órgãos da CPLP, mas questiono-me muitas vezes sobre quais os critérios que presidem a essas escolhas. Mas os que trabalham na CPLP são o reflexo dos governos dos seus países, que os nomeiam e validam (ou não) a sua ação. Por último, os governos são o produto das sociedades que governam, dos seus níveis de literacia, de cidadania, de integração, de participação, de bem-estar, em suma, de liberdade.

Em alguns países da CPLP, conquistas como estas estão longe de ser uma realidade para a generalidade dos cidadãos e, na minha opinião, todos estes factos combinados impedem a CPLP de ter um funcionamento próximo daquele que seria desejável. Enquanto não resolvermos estas questões, continuaremos a ter uma Comunidade em muitos aspetos inoperante e a incrementar o fosso entre os países com melhores índices de desenvolvimento e os mais pobres.

Relativamente ao IILP, embora este Instituto, no decurso das três direções executivas mais recentes, incluindo a atual, tenha passado de uma entidade-fantasma a uma entidade que tem sabido demonstrar o seu enorme potencial de desenvolvimento e gestão supranacional das políticas linguísticas (graças ao empenho e boa-vontade de muita gente), a verdade é que continua a receber pouca ou nenhuma atenção dos dirigentes comunitários e dos governos dos Estados-membros. Para provar o que digo, destaco, entre outros, os seguintes factos:

a) Até hoje, o IILP não viu os seus “novos” estatutos, aprovados em 2010 pelo Conselho Científico, serem ratificados pela maioria dos Estados-Membros;

b) Até hoje, não foi levada a cabo nenhuma iniciativa consistente e credível para resolver a sua precária situação institucional e financeira;

c) Até hoje, o IILP não foi dotado de um quadro de funcionários devidamente remunerados, reconhecidos e com condições mínimas de trabalho, sendo que as pessoas que trabalham no IILP auferem salários e regalias bem abaixo dos demais funcionários da CPLP.

P.: Que estratégias sugere para que a língua portuguesa ganhe visibilidade como língua de ciência?

R.: Há várias estratégias possíveis, que têm sido, de resto, abordadas em várias iniciativas levadas a cabo pela OEI (Organização de Estados Ibero-americanos), pelo menos desde a realização da CILPE-2019 em Lisboa. Não sendo especialista em gestão de ciência e em bibliometria, ocorrem-me, no entanto, quatro medidas que me parecem importantes:

a) Escrever ciência primeiramente em português e, mesmo quando para o investigador ou grupo de investigação é relevante escrever e publicar em inglês, produzir versões em português dos seus trabalhos;

b) Apoiar a tradução científica para português, garantindo o acesso ao conhecimento científico àqueles que, na CPLP (e são muitos), não dominam o inglês;

c) Reforçar o ensino do português, nomeadamente o do português académico (aqui entendido como o registo apropriado à comunicação científica formal);

d) Estudar e descrever a escrita académica em português, com base em *corpora* como o COPEP – *Corpus de Português Escrito em Periódicos*¹.

O êxito da 1.ª edição do Concurso IILP/Itamaraty de Artigos Científicos demonstrou a importância que iniciativas deste tipo podem ter entre as comunidades dos diferentes Estados-membros.

P.: No que diz respeito ao ensino do português para falantes de outras línguas, que atitudes adotar para respeitar as diferentes variedades desta língua pluricêntrica?

R.: Antes de mais, creio que está na hora de deixarmos de falar de português europeu (PE) ou de português do Brasil (PB) no contexto do ensino-aprendizagem de português como língua não materna (PLNM). Primeiro que tudo, estamos a ensinar português, língua una e única, que permite a todos os seus falantes comunicar e entender-se, seja nas situações mais comuns ou nas mais complexas.

Em segundo lugar é importante explicar que o português é falado em diversos países e regiões e que, como tal,

1 Disponível em: <https://www.sketchengine.eu/copep-corpus-of-portuguese-from-academic-journals/>.

tem variação. Depois, é preciso explicar, ainda, que o português é pluricêntrico (ou seja, tem mais do que um centro emissor de norma) e que, embora atualmente se considere a existência de duas variedades dominantes (a do Brasil e a de Portugal), outras variedades nacionais estão a desenvolver-se e a codificar-se e poderão em breve assumir-se também como variedades dominantes. Por fim, sugiro a leitura dos artigos do n.º 4 da *Palavras – revista em linha*², subordinado ao ensino do português como língua pluricêntrica. Estou certa de que os professores de PLNM encontrarão nela ideias interessantes para guiar o seu trabalho.

P.: Como vê a relação da língua portuguesa com as línguas maternas dos falantes da CPLP que não têm o português como língua materna?

R.: Quando uma língua cresce num território, fá-lo sempre à custa das outras línguas faladas nesse território, como bem descreve a literatura. É por isso, infelizmente, de esperar que o crescimento do português se faça a expensas das restantes línguas faladas nos Estados-membros. A questão é mais delicada em países como Angola e Moçambique, cujos censos revelam ter ocorrido nas últimas décadas

2 Disponível em: <https://palavras.appform.pt/ojs/index.php/revista/index>.

um crescimento exponencial do número de falantes de português, como língua segunda e até como língua materna, especialmente nos centros urbanos.

O desenvolvimento das línguas nacionais dos países da CPLP (através da descrição e codificação dessas línguas ou através da promoção do ensino bilingue, por exemplo) poderia contrariar o risco do seu enfraquecimento ou até extinção. No entanto, os países são soberanos relativamente às decisões sobre as suas línguas. À CPLP, acredito, não caberá muito mais do que suscitar o debate sobre o assunto e, caso lhe seja solicitado, apoiar os países na aplicação dessas medidas.

P.: Como veria uma maior partilha de recursos (gravações, textos dos media, corpora variados, textos literários, outros documentos) dos vários países da CPLP, através de uma página (do IILP, por exemplo)?

R.: Sempre fui favorável à partilha de recursos linguísticos, na medida em que me considero antes de tudo uma linguista aplicada e, por definição, a linguística aplicada procura (contribuir para) resolver problemas concretos da sociedade. De resto, tenho pautado a minha atuação científica, nomeadamente no ILTEC, no CELGA-ILTEC e no IILP, pelos seguintes princípios:

a) o que é produzido com recursos públicos é público e, como tal, deve ser partilhado; b) os cidadãos têm o dever de, na medida das suas possibilidades, contribuir para o desenvolvimento das sociedades nas quais estão inseridos, até como forma de retribuição por aquilo que delas recebem.

Por tudo isto, não posso ser mais favorável a essa partilha e, por isso, destaco o importante papel que a iniciativa Portulan Clarin³ desempenha já no cumprimento dessa missão.

A difusão de informação e recursos pelo IILP tem sido uma preocupação das direções executivas e do Conselho Científico (o VOC e o PPPLE são disso prova), e está até programado para o ano de 2022 o lançamento de um portal do IILP com essa função. É certo que se esperaria que a medida já estivesse concretizada; é forçoso, no entanto, destacar que os recursos do IILP são escassos (alguns países, por exemplo, nunca pagaram as quotas a que estão obrigados e muito raramente se fazem representar nos trabalhos do Instituto) e que, como já referi, na última década o IILP passou de uma existência meramente formal a uma atuação relevante, em diversas áreas, enquanto entidade supranacional de gestão das políticas linguísticas do português. O caminho faz-se caminhando.

3 Disponível em: <https://portulanclarin.net/>.

P.: Parece-lhe que a promoção da língua portuguesa é incompatível com a defesa das diferentes línguas faladas nos países da CPLP onde ela não é língua materna da maior parte dos falantes?

R.: Não, a promoção da língua portuguesa não é incompatível com a defesa das diferentes línguas faladas na CPLP. Retomando aquilo que respondi na questão 5, é certo que o crescimento do português se tem feito até agora à custa do recrudescimento de muitas dessas línguas, mas não tem que ser necessariamente assim. Por isso mesmo se justifica que a defesa das línguas da CPLP seja incrementada, através de medidas sérias, concretas e urgentes, a serem tomadas, em primeiro lugar, pelos Estados. Oxalá os governantes dos países da CPLP entendam de uma vez por todas a importância das línguas, da literacia e do desenvolvimento de ambas no fortalecimento dos seus países e sociedades.

P.: As novas tecnologias e os novos meios de comunicação social (sobretudo os que operam junto das gerações mais novas, como o Youtube, por exemplo) têm vindo a assumir um papel preponderante na expressão cultural, artística e científica. Em seu entender, esse recurso tem sido suficientemente explorado para a

promoção da língua portuguesa? Em que medida este recurso poderia ser utilizado para consciencializar a sociedade da diversidade do português?

R.: Estes recursos têm, sim, vindo a ser muito explorados pelos criadores de língua portuguesa e muito bem. Basta pensarmos no sucesso de Luccas Neto junto do público infantil, com programas de facto muito bem feitos e do gosto de quem os consome, ou em projetos como “Meu bairro, minha língua”, do cantor brasileiro Vinícius Terra. Penso que o que tem havido é falta de divulgação, pelo menos entre os públicos mais convencionais (leia-se, mais velhos) e tem faltado também uma aposta clara na formação de professores que promova o recurso a este tipo de material para o ensino e a divulgação da língua. Acho que devemos estar mais atentos aos produtos culturais que os mais jovens consomem, até para debelar o fosso intergeracional que tantas vezes acontece. Nesse sentido, permito-me sugerir o visionamento da série de entrevistas intitulada “Os filhos da madrugada”, disponível na RTP Play⁴.

P.: **Como poderão as instituições de ensino superior contribuir para uma ação estratégica convergente no**

4 Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/pesquisa?q=os+filhos+da+madrugada>.

âmbito da CPLP orientada para a promoção da língua portuguesa no panorama internacional?

R.: Para que exista qualquer ação estratégica convergente é preciso garantir, antes de mais, que existe de facto uma estratégia efetiva da CPLP orientada para a promoção da língua portuguesa no panorama internacional. Conheço propostas mais ou menos avulsas que vão sendo lançadas por diferentes entidades em situações diversas, mas carecemos de um documento estratégico para esse fim. Os Planos de Ação de Brasília, Lisboa e Díli, não desmerecendo do papel que desempenha(ra)m na sistematização de ideias, algumas já datadas e ultrapassadas, não constituem documentos estratégicos de facto.

Também é preciso que haja convergência e para isso é preciso diálogo – franco aberto, com respeito recíproco – entre as instâncias da CPLP e as universidades. A convergência pode apenas ser construída quando as partes colocam o bem da Comunidade acima de interesses de natureza pessoal, institucional ou nacional. Não tenho a certeza de que as universidades se façam sempre representar pelas pessoas e organizações certas junto da CPLP.

Por fim, é também necessário que as universidades entendam que, embora as ações voltadas para a Comunidade de Países de Língua Portuguesa possam não gerar dividendos diretos e significativos (financiamentos, índices, etc.), elas constituem pilares essenciais à construção de sociedades mais fortes, mais letradas e, necessariamente, de universidades mais fortes.

P.: Como se poderia fortalecer na sociedade civil a coesão entre os vários países da CPLP baseada numa identidade comum em torno da língua portuguesa, e respeitando as especificidades linguísticas, culturais e identitárias de cada país?

R.: Sou uma defensora incondicional do conhecimento e da educação. Não sendo uma pessoa de crença religiosa, creio absolutamente que a educação é a base do crescimento pessoal e social. Como tal, acredito também que o fortalecimento, na sociedade civil, da coesão entre os países da CPLP em torno da língua portuguesa apenas será conseguido quando nos conhecermos melhor uns aos outros e formos capazes de identificar o que nos une e nos distingue. Tony Tcheka, escritor guineense, referia há tempos, numa intervenção na CPLP, que só podemos amar aquilo que conhecemos. Naquele contexto, a ideia

teve em mim um impacto significativo. Realmente, o que sabemos das pessoas com quem nos cruzamos, das suas proveniências, culturas, das suas línguas e dos seus hábitos? Como poderemos respeitá-las? O que é que cada cidadão comunitário sabe sobre os demais países da CPLP, as suas línguas, as suas culturas, os seus hábitos? Presumo que uma sondagem sobre o assunto haveria de nos trazer respostas surpreendentes, material para refletir e decidir.

Como difundir esse conhecimento? Como fazê-lo chegar à sociedade civil? Por exemplo, a CPLP poderia reforçar e divulgar de forma mais eficiente o Programa CPLP audiovisual, desconhecido da maioria dos cidadãos comunitários.

P.: Que arenas/campos de ensino não formal de português se poderiam ativar e fortalecer com vista a uma maior internacionalização da língua?

R.: Uma experiência que me chamou a atenção foi o êxito generalizado dos cursos de português para praticantes de capoeira. Este êxito faz-me pensar que talvez se pudessem desenvolver cursos versando conteúdos das culturas em língua portuguesa mais conhecidos internacionalmente – por exemplo, de morna, fado, kuduro, samba, de culinária tradicional dos diferentes

países, ou de línguas autóctones desses países. Além de contribuir para o conhecimento das diferentes culturas em língua portuguesa, reforçar-se-iam a identidade e o amor-próprio dos cidadãos dos diferentes países.

Sónia Valente Rodrigues

Doutora em Linguística pela Universidade do Porto, 2008.

Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Investigadora integrada do Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP).

E-mail: srodrigues@letras.up.tpt

CiênciaVITAE: <http://www.cienciavitae.pt/portal/en/4F10-1BE5-36A2>

ORCID iD <http://orcid.org/0000-0003-0571-024X>